

TRABALHO DOMÉSTICO, RELAÇÕES DE GÊNERO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Domestic work, gender relations and adults education

BASTOS, Ludimila Corrêa¹

EITERER, Carmem Lucia²

RESUMO

O artigo apresenta parte de uma pesquisa de doutorado, de natureza qualitativa, realizada com financiamento CNPq. A hipótese de pesquisa surgiu a partir da constatação da infrequência às aulas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) por parte das mulheres. Investigando, descobriu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, a relação deste fenômeno com o trabalho; a partir dos dados levantados traçamos uma perspectiva interpretativa interseccional, suscitada pela emergência dos conceitos de raça, gênero e classe social. Buscamos compreender como se dá a relação entre ser trabalhadora (empregada doméstica) e estudante da EJA. Concluiu-se que o ingresso precoce no mundo do trabalho responde por acúmulo de desvantagens na sua capacidade de escolha profissional. Percebemos que suas histórias de vida apontam um perfil comum: a mesma identidade racial compartilhada somando-se à ausência de escolaridade, origem de família numerosa, pais não escolarizados trabalhadores no campo. Suas jornadas de trabalho extrapolam os regimes pactuados – evidenciando formas de abuso e conflitando com a escola e resultam, por fim, mais uma vez, na dificuldade ou impossibilidade de manter-se nela.

Palavras chaves: Educação de Adultos. Gênero. Trabalho Doméstico.

ABSTRACT

The article is part of a research with CNPq funding. The research hypothesis was born from the infrequency in adults education classrooms. Through investigation we found out the relationship between this phenomenon and work, an intersectional interpretative perspective, using the concepts of race, gender and social class. We try to understand how the relationship between being a worker (domestic worker) and a student of EJA can be understood. It was concluded that early entry into the world of work was due to an accumulation of disadvantages in his capacity as a professional choice. We perceive that their stories of life have a common profile: the same racial identity and the absence of a school, the origin of a large family in a country with no school. Their days of work extrapolate the agreed-upon regimes - produced forms of abuse.

Keywords: Adults Education. Gender. Domestic Worker.

¹ Pedagoga, Mestre e Doutora pela FaE/UFMG. E-mail: <ludimilacorrea@yahoo.com.br>.

² Professora Titular da FaE-UFMG. Pesquisadora do NEJA. Integra o Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. E-mail: <eiterercarmem@gmail.com>

INTRODUÇÃO

Esse artigo nasceu de investigação realizada no doutorado. A pesquisa qualitativa deu-se num intervalo temporal que nos cabe distinguir. Entre o período imediatamente anterior a última reforma trabalhista que modifica a CLT (Lei 13.467 de 2017) e no período imediatamente posterior a chamada PEC das domésticas (Lei Complementar nº 150, de 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como a PEC das Domésticas). Descrevemos elementos que pouca atenção tem merecido dos pesquisadores, cuja permanência ou agudização poderá ser verificada em investigações futuras. A hipótese nasceu da constatação do fenômeno da infrequência às aulas por parte das mulheres matriculadas na primeira etapa do Ensino Fundamental noturno na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa ocasião, suspeitávamos que a causa deste fenômeno localizar-se-ia na concorrência entre o tempo da escola e o do trabalho doméstico remunerado.

A investigação de natureza qualitativa entrevistou 08 mulheres e 01 homem trabalhadores/as em atuação em ambientes domésticos³, matriculadas/o no Ensino Fundamental em uma escola que oferecia a modalidade EJA à noite por filantropia. Entre residentes e não residentes na moradia na qual exercem sua função laboral, o grupo atua em diferentes regimes ou jornadas caracterizadas como diaristas e mensalistas. Parte deles conta com o registro de contrato em carteira de trabalho, havendo no grupo, por consequência, diferentes modos de acesso a benefícios sociais. Verifica-se uma diversidade de sujeitos e trajetórias que trazem em comum à experiência de trabalho doméstico iniciadas, em geral, precocemente desde a infância. O grupo de mulheres, oriundo de famílias numerosas de trabalhadores rurais, entende o trabalho doméstico como a alternativa possível para uma maioria de mulheres negras (pardas ou pretas) precariamente escolarizadas.

Constatamos que sua atuação profissional - como empregadas domésticas - respondia por um pacto laboral precariamente definido. O horário de término da jornada diária é afetado por constante flutuação cuja interferência no processo

³ É considerado empregado ou trabalhador doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, conforme estabelecido pela Lei n.º 5.859, de 1972. São exemplos de ocupações dos empregados domésticos, dentre outros: mordomo, motorista, governanta, babá, jardineiro, copeira, arrumador, cuidador de idoso, cuidador em saúde, caseiro e afins. Caso a residência seja utilizada para alguma atividade profissional, como consultório, ou para produção e comercialização de produtos como uma chácara hortifrutigranjeiro, os trabalhadores deixam de ser considerados domésticos. (<http://www.lalabee.com.br/blog/pec-das-domesticas-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>)

de escolarização restringe sua autonomia: residindo na casa de seus empregadores, condiciona-se a eventualidades na rotina da residência. Tais alterações na rotina as levam a ser requisitadas além do horário regular contratado e impedidas de comparecerem à escola.

Este artigo visa, portanto, refletir acerca da constituição para esse grupo de trabalhadoras de parte essencial de seu processo identitário: mulher, estudante e empregada doméstica, sustentando a hipótese de que raça e gênero são conceitos que emergem como necessários na análise destes casos na medida em que tais operadores atuam na constituição da experiência trabalhista destes sujeitos.

Sublinhamos que, há praticamente uma década, Lautirer (2009), já chamava a atenção para a invisibilidade do trabalho doméstico, ainda que, em quase todo o Terceiro Mundo, esta modalidade empregue mais mulheres do que o trabalho industrial. Desse modo, apoiando-nos na compreensão de que a identidade de gênero é relacional e fruto de processos sociais e históricos, indagamos quais os papéis e lugares sociais esses sujeitos ocupam, lugares construídos por meios dos processos de socialização dentre os quais se localizam os educativos. Nesse sentido, construímos a hipótese segundo a qual fazer-se empregada doméstica decorre, em grande medida, dos mesmos processos educativos que as fazem mulheres portadoras de histórias de vida em cujas trajetórias se entrecruzam de forma singular raça, classe e gênero.

Maruani (2009) afirmava que analisar a situação das mulheres no mundo de trabalho torna-se o fio condutor para compreender o seu espaço na sociedade. A autora distinguiu, assim, como uma ruptura em relação às normas sociais anteriores, o fato de a maioria delas não deixar de atuar em seus ofícios quando se tornam mães; fato que indicaria o fim das descontinuidades de suas trajetórias profissionais.

Remetendo-nos assim a síntese de Quirino (2012) acerca do trabalho feminino no Brasil. Vemos que a partir da década de 1970 até os dias atuais os números relativos à participação das mulheres no mundo do trabalho tem apresentado constante progressão. Dados do IBGE apontam um acréscimo de mais de dez milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2010⁴. A autora destaca como causas para o aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, dentre outras: o aumento da escolaridade, controle de natalidade e a queda da fecundidade, tanto desenvolvimento tecnológico quanto os novos modelos de organização e

⁴ Entretanto, Rogerat (2009), mostra que há mais de 20 anos as mulheres ainda predominam dentre os desempregados, especialmente, os de longo prazo e, sobretudo, os jovens. Também lembramos que a população, na década de 70, era 96 milhões de pessoas e, em 2010, aumentou para 150 milhões de pessoas.

gestão da força de trabalho, finalmente, aponta as mudanças nos padrões culturais que alteraram os valores relativos aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres na sociedade.

Saffioti (2013)⁵, analisando estudos realizados há 50 anos, recuperou dados da história do Brasil a fim de argumentar que a concentração de mulheres em áreas dos empreendimentos econômicos segue a estrutura econômica da nação. Para ela, a constituição da formação econômico-social capitalista no Brasil expeliu a força de trabalho feminina ativa no século XIX, na medida em que as mudanças nos modos de produção antes concentrado em residências passam ao âmbito fabril. Fundamenta sua argumentação nos dados oferecidos pelo primeiro recenseamento efetuado no Brasil, em 1872. Excluindo-se as pessoas categorizadas como sem profissão, as mulheres representavam 45,5% da força de trabalho efetiva da nação, sendo que 33% desse total no setor de serviços domésticos. Fonseca (1997) já evidencia que a mulher pobre brasileira se fez presente no mundo do trabalho desde o período colonial. A autora destaca que, da totalidade da população empregada nesse setor, às mulheres delimitavam nada menos que 81,2%. É preciso, segundo a autora, considerar que a estrutura da economia brasileira de então, por ser muito pouco diferenciada, concentrava os maiores contingentes masculinos e femininos na agricultura, vindo em seguida, os serviços domésticos para as mulheres.

Do total de homens ocupados nessa época, 68% dedicava-se à agricultura; das mulheres ocupadas, 35% estavam empregadas na agricultura, 33% nos serviços domésticos, 20% como costureiras, 5,3% nas indústrias de tecidos e 6,7% em outras atividades. Em 1900, 52,6% da totalidade dessas mulheres economicamente ativas se dedicavam aos serviços domésticos. O restante dedicava-se, principalmente, à agricultura, indústrias manufatureiras, artes ou comércio.

Ainda de acordo com Safiotti (2013), no século XX identifica-se uma inversão relativamente aos números: por volta de 1950, o número de mulheres dedicando-se a atividades domésticas aumentou consideravelmente. Na categoria de atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, dentre a população de 10 anos e mais, as mulheres representavam 90,3%, caindo sua participação nas atividades diretamente econômicas para 14,7% em relação ao total de trabalhadores. Do total da população feminina de 10 anos e mais, apenas 10% se dedicavam a atividades fora do lar; 84,1% às

⁵ Em 1967, Saffioti defendeu sua tese de livre-docência na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP,) sendo orientada pelo professor Florestan Fernandes. Este trabalho gerou uma obra prima, um livro publicado em 1976 sob o título: *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Nesta tese, trabalhamos com a com a edição de 2013 deste mesmo livro.

atividades domésticas e escolares discentes e 5,9% representavam inativas. De modo que, de toda a população que desempenhava atividades econômicas fora de casa, às mulheres agora já não ultrapassavam os 11,3%. Como a economia não alcançava à absorção da totalidade da força de trabalho potencial da nação, segundo Saffioti (2013), as mulheres foram marginalizadas do processo produtivo de bens e serviços. Procurou-se justificar, no entanto, esta marginalização em termos de concepções dos papéis sociais.

Enfatizamos que, atualmente, 20% das mulheres trabalhadoras no Brasil são empregadas domésticas e, de mesmo modo, muitas delas ingressaram na profissão ainda muito jovens; grande parte delas nasceu no campo e migrou para os centros urbanos. Exercem essa profissão os grupos sociais que mais precário acesso tem no que diz respeito a bens e serviços. Em geral, a baixa escolaridade é fator de destaque, o que demonstra que o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres portadoras com menor grau de escolaridade no mundo do trabalho.

PERFIL METODOLÓGICO DA PESQUISA

Entrevistamos um grupo composto de duas diaristas, três empregadas domésticas mensalistas que residem no emprego, três mensalistas não residentes no emprego além de um homem que atua como trabalhador doméstico e também reside em seu local de trabalho. Selecionamos, para o desenvolvimento desse estudo, sujeitos com idades entre 20 e 65 anos, entre estudantes matriculados na EJA. O corte geracional possibilitaria uma reflexão acerca de como as mudanças sociais impactariam os trabalhadores mais jovens.

Efetuamos a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas; esses dados são constituídos, principalmente, por relatos de trajetórias de vidas e os depoimentos contemplaram: percursos familiares, escolares, profissionais, expectativas e dificuldades frente à escolarização e ao mundo do trabalho. As entrevistas pretendem como tema principal, conhecer o contexto familiar, cultural e econômico em que se inserem. Posteriormente, estabelecemos o foco na situação profissional: como e quando se tornaram trabalhadores domésticos, funções exercidas, direitos trabalhistas aos quais tem acesso, desejos para o futuro profissional, relação estabelecida com empregadores.

Verifica-se que a origem familiar marcada por sua forma de inserção socioeconômica e cultural não lhes facultou acesso a outra formação escolar e profissional. As famílias, assim como eles, não tiveram acesso à escola e as alternativas de profissionalização mais especializadas. Os entrevistados têm

origem em comum, a maioria veio de cidades do interior ou de bolsões de pobreza presentes em metrópoles e alguns continuam a residir nestas periferias onde os índices insistem em apontar, ainda hoje, elevado grau de ausência de acesso e permanência, com sucesso, na escolarização. É um perfil social recorrente nas salas de aulas de Educação de Jovens e Adultos como atestam diferentes pesquisas. Parte do público matriculado na primeira etapa do ensino fundamental na EJA compartilha os efeitos do perfil delimitado acima.

A temática do analfabetismo e os preconceitos que os acompanham foram investigados no trabalho de Ediany A. Pereira Lima (2016). Sob o título de *Sou analfabeta, mas não sou pacata*, a pesquisa buscou esclarecer as estratégias que mulheres negras pouco alfabetizadas constroem para sobreviver, trabalhar e educar filhos. Os depoimentos coletados mostraram as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos, especialmente as mulheres, devido à ausência da escolarização. Mostraram, ainda, as estratégias que esses sujeitos construíram para a superação delas (COURA, 2007; REIS, 2009; CUNHA, 2009; BASTOS, 2011; SILVA, 2011; CRUZ, 2016).

O contexto economicamente precário ou mesmo de miserabilidade em que nasceram e cresceram, assim como a ausência de acesso a políticas públicas que os atendessem adequadamente, levou-os ao trabalho precoce, ainda na infância. Tentavam, assim, garantir ou auxiliar na manutenção do sustento de suas famílias, entretanto, muitas vezes, agravava-se a esse fator, a vulnerabilidade social. O trabalho, remunerado ou não, faz parte da vida das (dos) trabalhadoras (es) domésticas (os) desde muito cedo, comprometendo, desde a infância, seu desenvolvimento e colocando em segundo plano a sua vida escolar.

Com base em Sabóia (2000), entendemos por empregadas domésticas, aquelas pessoas que exercem funções de limpeza e arrumação da casa, cozinhar ou lavar e passar roupa quer seja utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar tais tarefas assim como as funções de orientar ou dirigir empregados domésticos na execução de tarefas semelhantes ou o cuidado de crianças ou idosos, residindo ou não no local, mediante remuneração. Hirata (2010) salienta que o cuidado, ou care, do latim, é o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa. Segundo a autora, tudo o que se faz em prol do bem-estar de outro é uma forma de care. Desse modo, o serviço desempenhado por empregadas domésticas é uma forma de cuidado e compõe-se de um conjunto de ações em prol da preservação do bem-estar do outro. Ainda conforme Hirata (2016), a análise do trabalho de cuidado confirma a centralidade do trabalho exercido por mulheres, nas instituições ou em domicílio, realizado gratuitamente ou como uma atividade

remunerada. Trabalho que revela múltiplas facetas: reincidentemente mal remunerado, desvalorizado e não reconhecido. A autora realça que, na Europa este tipo de trabalho é realizado, muitas vezes, por imigrantes ilegais e, no Brasil, por empregadas domésticas mensalistas ou diaristas autônomas (faxineiras sem relações formais de emprego).

Apresentamos, a seguir, o quadro comparativo de dados dos entrevistados apontando idade, cor, estado civil e número de filhos. Constatamos que a maioria das mulheres que residem no emprego não tem filhos e é solteira.

QUADRO 1 - Perfil dos entrevistados

NOME	IDADE	COR (AUTODECLARAÇÃO)	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS
JÚLIA	20	Branca	Solteira	0
LÚCIA	38	Parda	Solteira	1
NINA	39	Parda	Solteira	1
JOÃO	43	Preto	Separado	1
TINA	45	Preta	Casada	2
ROSE	52	Preta	Viúva	2
EMÍLIA	53	Preta	Solteira	0
ROSÁRIO	53	Preta	Solteira	1
IRENE	65	Preta	Solteira	0

Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração da autora

Optamos por um recorte etário abarcando diferentes gerações. A predominância racial, considerados os critérios do IBGE que une pretos e pardos sob essa denominação, é negra. Esse predomínio revelou-se como característica do grupo sendo comum ao perfil de trabalhadores domésticos matriculados na primeira etapa do ensino fundamental, ou seja, em turmas de aquisição ou consolidação de habilidade de leitura e escrita. Observa-se ainda a prevalência do estado civil solteira.

No que diz respeito ao rendimento mensal, os valores recebidos variam de 1 até três salários. Aquelas que atuam como diaristas, recebem, em média, valor superior ao daqueles que possuem um único vínculo trabalhista em um emprego fixo com jornada de 40 horas semanal. As funções de cuidados como limpar a casa, lavar e passar roupa são comuns a quase todos os trabalhadores;

alguns, além disso, cozinham, cuidam das crianças e dos animais, como se vê abaixo:

E quanto ao acesso a direitos trabalhistas, apenas cinco deles possuem acesso pleno: FGTS, férias, 13º salário, dentre outros. Os demais possuem acesso parcial a eles, o que evidenciaria, a nosso ver como essa categoria ainda é vulnerável nesse quesito. A coleta de dados antecede, no entanto, a Reforma Trabalhista no Brasil de 2017, que introduziu uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentalizada pela lei nº 13.467 de 2017. Abaixo apresentamos os dados referentes à renda dos entrevistados.

QUADRO 2 – Perfil de renda

NOME	RENDA MENSAL	FUNÇÕES (lava / passa, cozinha, limpa a casa e outras).
EMÍLIA	1 salário	X
IRENE	1 salário	Ainda trabalha no sítio da família no fim de semana
JOÃO	3 salários	Ainda cuida do jardim/cachorros, pequenos reparos
JÚLIA	1 salário	Ainda cuida das crianças
LÚCIA	3 salários	Limpeza; cuida das crianças. <i>Garçonete aos fins de semana</i>
NINA	1 salário	x
ROSÁRIO	3 salários	Cozinha
ROSE	2 salários	Cozinha e, eventualmente, lava, passa, limpa
TINA	2,5 salários	X

Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração da autora

De fato, das nove pessoas que entrevistamos, cinco residiam em seu local de trabalho: João, Irene, Rose, Emília e Júlia. Todas elas desejam possuir residência separada do local de trabalho e indicam, em seus depoimentos, o quanto residir no espaço da moradia de empregadores limita e interfere em suas subjetividades. Uma delas (a mais jovem) vive o conflito tão radicalmente que a ausência de liberdade e autonomia percebida por ela como interferência da empregadora na sua vida pessoal a leva a demitir-se no decurso da investigação.

Com relação ao vínculo empregatício, apresentamos os dados abaixo:

QUADRO 3 – VÍNCULO EMPREGATÍCIO

NOME	ACESSO À DIREITOS TRABALHISTAS	REGISTRO EM CARTEIRA DE TRABALHO
IRENE	Ausente (Não paga INSS)	Ausente
ROSE	Férias e 13º salário. (A empregada paga o seu INSS)	Ausente
EMÍLIA	Ausente	Ausente
TINA	Ausente (Não paga INSS)	Autônoma/ diarista
LÚCIA	Ausente (Não paga INSS)	Autônoma/ diarista
NINA	Acesso a todos os direitos trabalhistas (após a PEC)	CLT/ Empregada registrada
ROSÁRIO	Acesso a Todos os direitos trabalhistas, (Apenas 01 salário registrado)	CLT/ Empregada registrada
JÚLIA	Acesso a todos os direitos trabalhistas	CLT/ Empregada registrada
JOÃO	Acesso a todos os direitos trabalhistas, (Apenas 2 salários registrados)	CLT/ Empregado registrado

Fonte: Dados da pesquisa - Elaboração da autora

As entrevistadas Irene (65), Rose (52) e Emilia (53) pertencem a geração mais velha do ponto de vista deste estudo. Elas, assim como João e Julia, residiam no local de exercício de trabalho no momento da entrevista, no entanto, no decorrer do trabalho de campo, como dissemos anteriormente, Julia, a mais jovem e única branca dentre eles, reivindicando o direito a sua individualidade, intimidade e autonomia, demitiu-se; a empregadora, segundo ela, confundia o papel de patroa e mãe controlando seus horários, mesmo fora do horário efetivo de trabalho. Questiona-se, portanto, a ausência de fronteira entre o espaço do trabalhador e aquele dos patrões e a alega como razão de sua decisão.

Como verificamos e mereceu o destaque também de Campoy (2012), os principais pontos de vulnerabilidade dos trabalhadores domésticos que residem no emprego são as longas jornadas de trabalho. Encontram-se submetidos ainda a ambientes de trabalho e acomodações inadequadas, por vezes, sem qualquer atenção aos padrões mínimos de conforto, saúde e mesmo segurança no local de trabalho. Nota-se a falta de privacidade e ingerência sobre a vida pessoal, favorecida por longas jornadas laborais e ambiente doméstico, assim como a exposição a formas de abuso constituídas pelas mudanças arbitrárias

no contrato de trabalho; mudanças facilitadas pelo alto grau de informalidade e por acordos verbais. Agrega-se esses fatores a reincidência dos baixos salários.

Em suas entrevistas todos os trabalhadores exprimem prevalente cansaço oriundo, principalmente, da sobrecarga de tarefas e do alargamento de suas jornadas. O fato de residirem no local de emprego torna-os mais acessíveis, o que gera, com facilidade, a extensão de suas jornadas de trabalho. Estão passíveis de serem requisitados no meio da noite; atrasam para a escola a fim de aguardar a entrega de mercadorias ou mesmo o retorno dos patrões à residência. Sobre seus encargos prepondera larga variação de tarefas: se ausentam da escola, repetidamente, para atender a eventos sociais dos empregadores mesmo que estes se dêem fora do horário de trabalho previamente acordado, desse modo, alguns vêem o oneroso cotidiano avançar sobre os finais de semana, ainda que a folga semanal tenha sido previamente acordada. Muitos não se apropriam de folgas e férias previamente estipuladas.

Constatamos, nos depoimentos, como os discursos atuam na conformação de casa/trabalho como territórios de vagos contornos e, frequentemente, os trabalhadores são convocados a se reconhecerem “como alguém quase da família”, marcador esse que atua para constrangê-los. Os dispositivos discursivos que pretendem apagar ou fazer deslizar as fronteiras entre trabalho e família preponderam não apenas nas relações entre empregadores e empregados domésticos no Brasil como constatamos em Collins (2007). Por estes meios, os sujeitos são coagidos a atender a qualquer necessidade dos patrões já que residem na casa deles; alguns podem vir a sentir-se sem outra alternativa de ação.

De acordo com Emília, Rose e Irene, as famílias que as empregam adotam o discurso de que elas fazem parte da família, ao invés de considerá-las somente trabalhadoras. A entrevistada mais idosa dentre elas (65 anos) tem sua casa própria em outra cidade periférica e foi convidada, para seu próprio conforto segundo afirma, a permanecer na residência onde trabalha. Detém uma das jornadas mais extenuantes, pois responde pelas tarefas de limpar duas residências simultaneamente. Na sua descrição do relacionamento com sua patroa detectamos evidentes indícios de que o discurso opera a fim de convencê-la de seu próprio bem é também o bem da patroa. Sustenta, por exemplo, que nos finais de semana tem a permissão de retornar para a residência mais cedo, no domingo, a fim de não ser submetida ao trânsito de segunda pela manhã, ou que a patroa solicita que ela não circule a noite pelo bairro para sua própria segurança, ainda que ela seja estudante da Eja no noturno, pois alguém pode segui-la e ingressar no prédio.

Como mostra Kofes (2001) desta forma relações de poder entre patroas e empregadas são mascaradas, escondidas sob o discurso de um suposto parentesco. Na prática, ressalta Benedito (2008), a conduta reiterada de tratar os trabalhadores domésticos como trabalhadores informais ou como pretensos membros da família dá às atividades exercidas por eles um caráter não econômico. Para a autora, mantém-se, assim, uma estrutura na qual os empregadores se furtam a aplicar os direitos trabalhistas, bem como a garantir a remuneração adequada.

TRABALHO DOMÉSTICO E GÊNERO

Ao nos debruçarmos sobre os depoimentos coletados identificamos, nas falas de todos os sujeitos pesquisados, afirmativas relativas ao trabalho doméstico que o reiteram como socialmente destinado às mulheres por sua, portanto, não apenas aceitam a atribuição destes afazeres como naturais, como também o fizeram gerações familiares anteriores a eles, e, de fato, o caracterizam como uma herança transgeracional em suas famílias, constituindo parte de seus processos educativos e de socialização.

Nessa perspectiva, Irene, João e Nina indicaram que a divisão de tarefas integrou suas infâncias: os filhos homens ajudavam o pai na roça ou na construção e as filhas mulheres auxiliavam as mães nos afazeres domésticos. Já Lúcia aponta a primazia de outro aspecto: é filha e neta de empregadas domésticas e segundo ela, “isso é coisa que passa de mãe para filha”. Afirma que quebrou a tradição familiar por ser mãe de um menino. Rose, por sua vez, afirma em sua narrativa que era a única filha dos sete filhos que sua mãe teve, e, em função disso, afirma, foi designada a assumir as tarefas domésticas e cuidados com os irmãos mais novos, não podendo comparecer à escola.

Tina destaca-se, aparentemente, como a única entrevistada que questiona as tarefas atribuídas a homens e mulheres: ao casar-se e assumir a sua própria família, afirma que ensina a todos os membros (marido, filha e filho) que as tarefas domésticas devem ser divididas entre todos, independente do sexo. Relata que perguntou aos seus familiares onde estava escrito que, pelo fato de ser mulher, a responsabilidade com os afazeres domésticos seria unicamente dela. Segundo reitera, explicou à sua família que, assim como eles, trabalhava fora, pagava contas e tinha uma profissão e, sendo assim, as tarefas domésticas não poderiam ser responsabilidade unicamente suas. Ela conclui que tendo ensinado aos filhos e ao marido a pensar dessa forma essa distribuição seria bem resolvida em sua residência. Quando voltou a estudar, trabalhando o dia todo, sua família reorganizou-se e sua contribuição nos afazeres domésticos ficou restrita aos finais de semana, entretanto, mais a frente ela deixa a escola

ao concluir a 4ª série para cuidar do neto recém-nascido para que sua nora, uma jovem de 17 anos à época, pudesse freqüentar a escola.

No decorrer deste estudo observamos que os entrevistados manifestam grande cansaço devido à sobrecarga de serviço. João viu tarefas (além das combinadas no momento da contratação) serem acrescentadas à sua rotina. Atualmente, em seu local de trabalho, não há mais uma empregada mensalista fixa, apenas uma diarista que, duas vezes por semana, limpa toda a residência e deixa a maior parte da comida preparada no freezer, esse fato leva suas tarefas a se expandirem e acumularem; por exemplo, passou a fazer café e preparar o lanche para os filhos da patroa. Responde ainda, por pequenos reparos e pequenas reformas no domicílio. Percebemos um alargamento de sua jornada de trabalho, pois sua rotina diária começa às 6 horas da manhã e se encerra na hora de ir para a escola, por volta das 18 horas, perfazendo, portanto, um total de 12 horas. Contudo, atentamos que em seu depoimento, João demarca a opção pelo trabalho doméstico remunerado, justificando-se a partir da crença segundo a qual o ofício, geralmente desenvolvido por mulheres, se revelaria mais leve que o trabalho na construção civil, função que anteriormente desempenhava, no entanto, ao se deparar com a sobrecarga de tarefas, ele conjectura nova mudança de profissão. No seu caso, entrevemos uma situação de sobrecarga com contornos específicos: sua antiga experiência profissional conjugada a estereótipos de gênero existentes, assim, assume, além das tarefas domésticas, as tarefas de reparos, consertos e manutenção da casa. Dessa forma, o que se percebe é que o fato de ser um homem no trabalho doméstico, em vez de vir a beneficiá-lo como acreditava ser possível, acaba tornando-se motivo de maior acúmulo de tarefas, pois são atribuídas a ele mais responsabilidades do que a elas.

Efeito da empatia ou da necessidade de manutenção do vínculo empregatício, João não questionou a sobrecarga de atividades e nem o alargamento de sua jornada de trabalho, porém, por outro lado, um dos objetivos manifestos por ele em relação a completar a sua escolarização seria obter outra alternativa de emprego; no entanto, afirma que o cansaço prepondera tornando-se um dos maiores obstáculos a ser contornado para que ele se mantenha na escola, ou seja, no momento da entrevista, ele não detinha a posse de seu tempo pessoal em função do trabalho.

Importante realçar os espaços mais que contraditórios que o trabalho, remunerado ou não, ocupa em nas biografias dos entrevistados : atua como fator responsável por afastá-los da escola quando ainda crianças, mas, como já mencionado, na atual fase da vida da maioria deles, seja para o inserção ou mudança de posição em relação a empregabilidade, também os motiva a

retomar aos estudos. Frisamos, no entanto, mais uma vez, que o trabalho invade e concorre com o tempo que se dedica à escola, rivalizando com sua permanência nela.

TRABALHO DOMÉSTICO E RAÇA

Ressaltamos que entre entrevistados, apenas uma mulher se autodeclarou branca: os demais se declaram pardos ou pretos. Se levamos em consideração isoladamente a questão de raça/cor, não encontraremos diferenças salariais entre esse grupo, mas, considerando o que tange à gênero e à geração conjugadas à raça, verificamos algumas diferenças que reforçam nossa perspectiva analítica da interseccionalidade, ou seja, tais marcadores operam atuando conjuntamente no contexto em questão. Tratando da questão racial, Benedito (2008), alerta para que não podemos deixar de mencionar que o processo histórico de inserção social do negro e, em especial, da mulher negra, construído ao longo de séculos no Brasil, se mantém ainda hoje, como resultado dessa herança cultural racista e discriminatória.

O texto de Lélia Gonzales (1983), neste sentido, auxilia também para o exame dos lugares sociais destinados a elas (mãe preta, empregada doméstica) e as representações a que foram submetidos seus corpos, constantemente vinculados a predicados hipersexualizados (mucama, passista). Marcus Vinicius Fonseca (2005, 2009a e b), oferece muitos dados acerca dos modos de vida dessa população em Minas Gerais. Objetos de trabalho semoventes, são reprodutoras de mão de obra, respondiam por repor trabalhadores quando o tráfico de homens e mulheres a partir da África foi proibido. Portanto, não tinham direito à seus corpos, família ou a seus filhos

Nos séculos XVIII e XIX, o perfil da população era um elemento que distinguia Minas Gerais das demais localidades brasileiras, e isso estava ligado à forma como a escravidão se constituiu nessa região. Essa singularidade é destacada pela historiografia que cada vez mais chama a atenção para o predomínio dos negros na população mineira [...] A escravidão desempenhou um papel central na composição do perfil da população mineira e, mesmo nos períodos em que houve refluxo da importação de africanos escravizados, o crescimento natural da população negra imprimiu um perfil singular na estrutura demográfica de Minas (FONSECA, 2009a, p. 256).

Já Benedito (2008) argumenta que o racismo persiste no Brasil e é comprovado em estatísticas oficiais que evidenciam obstáculos à ascensão social de negros em todas as esferas da sociedade e, em especial, na esfera do trabalho, tal fenômeno se mostra particularmente mais evidente ao voltarmos nosso olhar para a mulher negra.

De acordo com Prado e D'arrochella (2012) pode parecer contraditório e surpreendente que, em pleno século XXI, quando o nível da produção econômica material no mundo atinge patamares tão altos e quando as tecnologias atingem níveis de desenvolvimento e sofisticação capazes de produzir perplexidade no mais sábio e melhor informado dos mortais, ainda se fale em “escravidão” ou “trabalho análogo à escravidão” como forma de exploração da força de trabalho humana e de produção de riquezas. Entretanto, que dizer quando evidenciamos - como já mencionado por aquelas/es que residem no emprego e possuem extensas jornadas de trabalho - que não desfrutam folgas e estão cientes do horário definido apenas para começar a trabalhar, mas nunca acerca da hora em que suas tarefas do dia ou da semana serão encerradas? Recordemo-nos que, finda a escravidão a muitos trabalhadores não restou alternativa a não ser submeter-se, como agregados, a relações de trabalho que os colocavam num entre lugar de contornos vagos, não os assumindo como trabalhadores assalariados. Aliás, a imagem de Nastácia na obra de Monteiro Lobato é a referência histórica desta condição de subserviência implicada no “quase da família”.

De mesmo modo, encontramos situações em que esses trabalhadores se encontram em tempo integral à disposição das famílias empregadoras, proprietárias das residências onde atuam, para qualquer eventualidade muito além pacto laboral acordado? Muitas vezes, esses trabalhadores perderam o contato com seus grupos familiares de origem ao migrarem e não chegaram a formar outra família. Como apercebemos em nossa investigação, em alguns casos, vão sendo passadas de uma geração à outra de padrões como herança familiar.

Ávila (2016) afirma que viver no local de trabalho é ter seu cotidiano organizado de acordo com o modo de vida e as exigências de outras pessoas. Esse fato se configura como uma forma de privação, uma vez que a vivência do cotidiano, para além da jornada de trabalho, subjugam-se à regra dos outros, o que caracteriza uma relação de servidão.

A autora acima menciona o sentido de servidão no trabalho doméstico como um dispositivo ligado, por um lado, a uma concepção sobre as mulheres como sujeitos predispostos a disponibilidade permanente para servir aos outros e, por outro lado, é tido ainda por um sentido de servidão que diz respeito à sua associação com a escravidão da população negra. A análise crítica dessas heranças sociais e históricas concorreria para a desnaturalização das relações de servidão no emprego doméstico; contribuiria ainda, segundo a autora, para fortalecer as evidências da maneira pela qual as relações sociais de raça se

constituem como uma dimensão estruturadora da pobreza das mulheres e da população negra em geral no Brasil.

Concordamos com Prado e D'arrochella (2012) que asseguram que ações educativas voltadas aos sujeitos permitiriam a eles perceberem os percalços de sua realidade potencializando a sua capacidade de buscar por melhores condições de vida, o que geraria ainda impactos sobre políticas públicas na constituição de uma sociedade mais justa e mais humana, desta forma, a educação configura-se como um viés primordial para despertar nos sujeitos a consciência da autonomia de que necessitam.

A ESCOLARIZAÇÃO E SEUS OBSTÁCULOS

Passemos agora a tratar da contraditória concorrência entre trabalho e escola que os acompanha vida afora. Valle (2010), em pesquisa com mulheres trabalhadoras, acentua que, mesmo sendo a família a primeira instituição social com que as pessoas estabelecem qualquer relação com a leitura é, de fato, na socialização secundária, ou seja, no ambiente de trabalho que a maioria dos discentes da Educação de Jovens e Adultos percebe a necessidade de desenvolver as diversas habilidades para essa prática. Alguns destes padrões atuam como fonte de incentivo no retorno à escola, assim como no cultivo de hábitos de leitura, fornecendo às mulheres o material a ser lido. Para exercer a sua ocupação, as mulheres entrevistadas por ela convivem com demandas de práticas de leitura e de escrita doméstica que não são comuns nos seus meios de origem, como mostra também Resende (2008). São solicitadas, às vezes, a desempenhar práticas de leitura e de escrita pelos patrões e patroas em situações diversas daquelas vivenciadas nas famílias de origem. Entretanto, segundo Resende, Galvão e Batista (2010), o fato de as domésticas serem levadas a ler e/ou a escrever em algumas situações no trabalho não implica apropriação plena dessas habilidades, ou seja, não as leva a outros usos da leitura e da escrita, os autores verificam que as empregadas domésticas não vivenciam outras situações, fora do trabalho, que potencializem as aprendizagens feitas no emprego; de modo que, em suas casas, o uso da escrita, em geral, é restrito.

Em uma sociedade grafocêntrica, no entanto, a informação está quase sempre disponível no código escrito e os analfabetos nem sempre encontram pessoas dispostas a lhes auxiliarem. Valino (2005) assinalava que, ao migrarem de suas cidades de origem, no interior do país, em busca de trabalho, muitas vezes as mulheres viam-se frente a condições de vida completamente diversas das anteriores; encontram-se frente à necessidade de utilizar os serviços mediados pela leitura; caixas eletrônicas, supermercados e o transporte coletivo, desse

modo, leitura e escrita revelam-se necessidades pessoais, profissionais ou sociais para elas. Os migrantes pouco letrados rapidamente aprendem e/ou decoram parte daquilo que lhes é necessário para a vida cotidiana, numa busca tanto de sobrevivência, como de proteger-se do estigma e esconder a condição de analfabetos. Percebem não apenas a necessidade da habilidade de leitura e escrita; mas dos diplomas e certificados escolares acrescidos de outros como conhecimentos de informática.

Num depoimento fornecido a Vale (2010), uma entrevistada relatava como procedeu quando decidiu sair de Pedra Azul, cidade situada na região do Vale do Jequitinhonha, no interior do estado de Minas Gerais. Conforme apreendemos em sua narrativa, ela transitou em diferentes modos de participação e diferentes manifestações de culturas do escrito, com seus próprios recursos financeiros. Inicialmente, procurou auxílio junto a uma vizinha para que atuasse como escriba e enviasse uma carta endereçada a sua prima que residia em Sabará, na região metropolitana de Belo Horizonte, pedindo a ela que lhe arrumasse um lugar para ficar. Após, recebendo a resposta da prima, que marca a data e o horário para a viagem - em que a estaria esperando na rodoviária, comprou a passagem. Ao chegar a Belo Horizonte, passou em uma banca e adquiriu o jornal e, com o auxílio da prima, procurou nos classificados alguma oferta a que pudesse candidatar-se. Encontrou um anúncio que de vaga para copeira. Candidatando-se ao emprego, segundo relata, conseguiu, mesmo sem saber ler e escrever (contudo tendo dominado práticas típicas de cultura do escrito ainda que não se reconheça como hábil), uma vaga de recepcionista. Ela narra esse dia com detalhes:

No dia seguinte... na segunda-feira ela me levou nesse local lá na Serra (BH-MG). Aí a dona do escritório ainda perguntou se eu sabia ler aí eu fui e falei eu sei assinar o meu nome mais nada... você parece ser uma pessoa muito boa então a gente vai dar essa chance pra você... Você vem trabalhar aqui conosco porque você tem uma aparência muito bonita e tal e por isso eu vou ficar com você... Sem eu saber ler e escrever... tinha dezenove candidatas comigo... e ela me escolheu... Eu achei bem surpresa precisava saber ler e escrever ela me colocou num escritório de advocacia., [...] eles me trocaram de cargo... me colocou eu como recepcionista você num acredita... sem saber ler e escrever... (VALE, 2010, p. 67)

Verificamos, nos seus dizeres para a pesquisadora (“você não acredita”), um distanciamento entre o lugar de “direito” que ela atribui à cultura escrita e o lugar que esta “de fato” ocupa na narrativa. Ela conseguiu o trabalho, mesmo sem ser alfabetizada e se espanta com isso, quase 30 anos após o ocorrido, frisando mais o que não dominava do que o que fora capaz de saber fazer. Anos após esse relato, ela retoma seu processo de escolarização.

De fato, há mulheres que, como apresenta Santana (2003), percebem o trabalho como um espaço no qual podem garantir condições materiais para a manutenção da sua continuidade escolar, no entanto, como argumenta a autora, a permanência na escola depende, por vezes, muito mais de uma concessão do que de um desejo da empregada doméstica. Aliás, é recorrente tornar-se incompatível a administração do tempo do trabalho com o tempo do desenvolvimento pessoal e, nesse caso, a opção que se faz é pelo o emprego. Nesse sentido, resultam inconciliáveis, pois seus horários variam conforme a rotina da família empregadora. Acerca deste aspecto, Ávila (2009) acrescenta que, para as empregadas domésticas que se mantêm na escola, frequentá-la revela-se uma forma de resistência individual contra uma determinação social que vem junto com o emprego doméstico.

Apesar do esforço físico despendido nas tarefas desempenhadas no dia a dia e frequente incompatibilidade de horários, os entrevistados sinalizam almejar, através da escola, a oportunidade de concretizar o desejo de um futuro diferente. Como confirma Ávila (2009), no dia a dia das empregadas domésticas, o acesso à escola está colocado como um elemento indicativo do conflito entre dominação/exploração e resistência, já que, na jornada dessas trabalhadoras constituídas por trabalho doméstico remunerado e, por vezes, ainda o trabalho doméstico não remunerado, não há, em princípio, um período de tempo liberado para essa atividade. Construir um horário para ir à escola é parte da afirmação como sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou compreender como se daria, para um grupo de trabalhadoras/es, a relação entre o emprego e ser aluna/o da Educação de Jovens e Adultos.

Verificamos que raça e gênero são operadores de diferença que atuam fortemente na constituição da experiência trabalhista destes sujeitos. No que diz respeito ao fato dos participantes do estudo conhecerem seus direitos trabalhistas e os reivindicarem, após a promulgação da PEC das Domésticas, contatamos que a maioria vai lidando com a situação em que vive, sem confrontar os patrões acerca da sobrecarga de tarefas e a ausência de direitos trabalhistas.

Sobre o fato de acreditarmos, inicialmente, que um homem atuando em uma profissão predominantemente feminina, teria vantagens, principalmente, financeiras em relação às mulheres que também a exerciam foi constatado o contrário: João recebe um salário maior que algumas das entrevistadas (não

todas) e tem acesso a direitos trabalhistas como elas, mas, além de suas tarefas habituais, responde pela manutenção do que quebra ou estraga (por ser o único homem adulto morando na casa) o que o coloca em uma situação desvantajosa em relação às mulheres, além de gerar maior cansaço e sobrecarga de tarefas ao único homem entrevistado.

Sobressai, entre os entrevistados, o discurso acerca do cansaço decorrente da extensão da jornada de trabalho e o mesmo é recorrente como justificativa para não permanecerem na escola. Grande parte do grupo afirma que faltava às aulas por esse motivo já que não contam com horário de trabalho definido, folgas ou férias.

Depreende-se também que o grupo analisado, apesar das dificuldades que enfrenta, faz planos, mas seus projetos giram ou parecem girar em torno do outro: dos filhos, principalmente, mas, em muitos casos, também em torno dos patrões e suas necessidades. Vislumbramos ainda que todas as domésticas que residem no emprego desejam ter a própria casa.

Vimos que, dos entrevistados, apenas uma mulher mais jovem autodeclarou branca e é justamente essa mulher, jovem e branca, a única a romper com a situação que não lhe agradava e cujas fronteiras, tendo em vista a natureza do vínculo trabalhista, considerava deverem ser mais claramente delimitadas. Os demais entrevistados declaram-se negros. Levando em consideração raça/cor, não encontramos diferenças salariais entre esses sujeitos, porém acreditamos que a questão racial é mais um obstáculo à ascensão social de negros no mercado de trabalho.

Por fim, concluímos que os entrevistados não questionam os lugares ocupados por eles e nem fazem associações com as cores de suas peles. Percebemos, na forma como são tratados pelos empregadores e na pouca quantidade de direitos trabalhistas aos quais têm acesso, que vivem situações que remetem a um continuísmo da escravidão. Constatamos ainda que processo de inferiorização de mulheres negras se mantém ao longo da história como resultado de herança cultural e faz com que situações de exploração de mão de obra doméstica sejam tratadas com certa naturalidade por empregados e empregadores.

Posto isso, percebe-se que o racismo permeia as estruturas da sociedade, mesmo que de forma velada e, para os participantes dessa pesquisa, se configurou como mais um obstáculo à ascensão social no mercado de trabalho e para a naturalização e a aceitação de servidão em seus ofícios. Principalmente com relação às mulheres, conjugando as categorias gênero, raça e cor,

verificamos que são vistas como seres para servir e cuidar do outro, no caso deste estudo, a família empregadora.

Entretanto advertimos, por fim, que há uma diferença entre a situação de alguns trabalhadores participantes desse estudo e os escravos. Os escravos conheciam sua condição e tinham consciência de como o sistema em que estavam inseridos funcionava. No caso de nossos entrevistados, não se pode afirmar a mesma coisa. Eles não demonstram ter clareza sobre as situações vivenciadas em seus cotidianos de exploração, privação de oportunidades e de direitos, mascaradas sobre argumentação de que são “como se fossem da família.”

REFERÊNCIAS

AVELINO, Mario. **Cartilha PEC das domésticas: direitos e deveres de patrões e empregados**. Rio de Janeiro: Doméstica Legal, 2015.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo de trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In.: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 137-148.

ÁVILA, Maria Betânia. Vida cotidiana: um desafio teórico político para o feminismo. **Cadernos de crítica feminista**, Recife, ano III, n. 2, p. 44- 79, 2009.

BASTOS, Ludimila Corrêa. **Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - UFMG, 2011.

BENEDITO, Alessandra. **Igualdade e diversidade no trabalho da mulher negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.

BRASIL. **Lei Complementar 150** de 1 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2V1IHS2>>. Acesso em: 22 dez.2018.

BRASIL **Lei. N.º 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2uZHXi9>>. Acesso em 22 dez.2018.

CAMPOY, Beatriz Rigoletto. **O trabalho doméstico remunerado no Brasil: desigualdade, direitos e saúde**. 127 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2012.

COURA, Isamara G. **A terceira idade na educação de jovens e adultos: expectativas e motivações**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

- CRUZ, Neilton Castro da. **Esse ambiente não é para todo mundo**: as condições de inserção e de permanência de egressos/as da EJA no ensino superior público. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG, 2016.
- FONSECA, Claudia. Mulher, Mãe e Pobre. In: PRIORE, MERY. Dell (org). **História das Mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- FONSECA, M. V. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 585-599, set./dez. 2009a.
- FONSECA, M. V. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- FONSECA, M. V. **População negra e educação**: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Belo Horizonte: Mazza, 2009b.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al*. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, 1983.
- HIRATA, Helena. Teorias e Práticas do Care: Estado Sucinto da Arte, Dados de Pesquisa e Pontos em Debate. In: FARIA Nalu; MORENO, Renata (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, p. 42- 56. 2010.
- HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In.: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 193-202.
- KOFES, Suely. **Mulher, Mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- LAUTIER, Bruno. Desenvolvimento. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 53-58.
- LIMA, Ediany A. Pereira. **"Sou analfabeta, mas não sou pacata"**: estratégias construídas por mulheres negras pouco escolarizadas para viverem em uma sociedade estruturada pela escrita. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG, 2016.
- MARUANI, Margaret. Emprego. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 85-89.
- PRADO, Adonia Antunes; D'ARROCHELLA, Luciana Siqueira da Costa. Escravidão contemporânea: dimensões do problema e educação para a prevenção. **Trabalho & Educação**, Dossiê diversidade e lutas sociais no campo, Belo Horizonte, v. 21, n 3, p. 121-134, set./dez. 2012. Disponível em: < <https://bit.ly/2LuHopb> >. Acesso em 22 dez.2018.
- QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 8, n. 15, p. 90-102, jul./dez.2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2BBs7hH>>. Acesso em 22 dez.2018.
- SABOIA, Ana Lúcia. **As meninas empregadas domésticas**: uma caracterização socioeconômica. Estudo realizado para o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Rio de Janeiro: Organização Internacional do Trabalho, 2000.

SANTANA, Munich Vieira. **As condições e o sentido do trabalho doméstico realizado por adolescentes que residem no local do emprego**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes UFRN, 2003.

SILVA, Paula Cristina. **Alfabetizando/as na EJA: as razões da permanência nos estudos**. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - UFMG, 2011.

REIS, Sonia Maria Alves de Oliveira Reis. **Mulheres camponesas e culturas do escrito: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBS**. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação - UFMG, 2014.

RESENDE, Patrícia Capuccio de; GALVÃO, Ana Maria Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura e a escrita no trabalho de empregadas domésticas. **Trabalho e Educação** - Dossiê trabalho e cultura escrita, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 23-33, set./dez. 2010. Disponível em: < <https://bit.ly/2QQ7Yzf> >. Acesso em 22 dez.2018.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade. São Paulo: Editora **Expressão Popular**, 2013.

VALINO, Maria de Lurdes. A escola “desejada” por jovens e adultos em processo de alfabetização. In.: **congresso de leitura do brasil**. 15Campinas: ALB, UNICAMP, 2005

VALE, Mariana Cavaca Alves, do. **A leitura literária de mulheres na EJA**. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação - UFMG, 2010.

Data de submissão: 22/06/2018

Data de aprovação: 23/08/2018